

# **O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O (IN) SUCESSO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: o caso de Angatuba, Estado de São Paulo<sup>1</sup>**

Elizabeth Alves e Nogueira<sup>2</sup>  
Nilda Tereza Cardoso de Mello<sup>3</sup>  
Ana Maria Sannazzaro<sup>4</sup>  
Palmira R. Righetto Rolim<sup>5</sup>

## **1 - INTRODUÇÃO**

O reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil e de sua inserção nas políticas públicas é um fato. Na última década essa categoria de produtores tem tido papel de destaque na pauta das prioridades do Estado, incluindo-se os assentamentos de reforma agrária<sup>6</sup>.

Na década de 1980, a retomada dos movimentos sociais de luta pelo acesso à terra levaram as autoridades governamentais a implantar projetos de assentamento de famílias, visando promover o desenvolvimento da pequena produção e romper o círculo de pobreza, melhorando as condições de vida dos assentados, pela possibilidade de geração de emprego e renda.

Embora os objetivos da maioria dos pro-

dutores familiares sejam comuns aos dos empresários rurais, os tipos de mercado e condições de acesso diferem entre as categorias. Também é significativa a diferença quanto aos meios de se atingir os mercados (MELLO e NOGUEIRA, 2001). O planejamento da produção - incluindo-se o manejo do cultivo - para atender a esses requisitos de mercado pressupõe capacitação, informação e organização.

Além disso, existe uma diferença de comportamento entre os assentados rurais. Por terem sido aliados da propriedade da terra por um longo período precisam fortalecer os laços comunitários (principalmente quando possuem áreas comuns), reiniciar a atividade agrícola e se integrar na sociedade em uma nova posição, tornando-se protagonistas do seu próprio sucesso. São os assentados que precisam, progressivamente, se sentirem sujeitos de suas decisões e de suas responsabilidades (VALENTINI, 2007). Mas há um longo caminho a percorrer. Garantida a posse, cabe aos assentados cultivarem a terra de maneira adequada e competente. Para tanto, é preciso orientação do quê e como plantar, acesso a financiamento e, principalmente, da colaboração e acompanhamento técnico constantes.

É verdade que os assentados rurais não podem usufruir de tecnologias caras, mas dentro do limite de sua lógica é possível encontrar caminhos que, quando apoiados em diretrizes de sustentabilidade da produção agrícola, tornam-se importantes aliados para se alcançar níveis competitivos de produtividade e espaço no mercado. A oferta de tecnologia que atenda às características dos assentados - dadas principalmente por suas limitações de capital - é um desafio a ser perseguido pelos órgãos de pesquisa, extensão e desenvolvimento e pelos formuladores de políticas públicas para esse segmento diferenciado de produtores rurais.

---

<sup>1</sup>Este artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa "Maracujá: desenvolvimento sustentável do agronegócio na região de Angatuba, Estado de São Paulo", que teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Cadastrado no SIGA NRP2005 e registrado no CCTC, IE-35/2007.

<sup>2</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Economista, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>4</sup>Engenheira Agrônoma, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto Biológico.

<sup>5</sup>Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica Aposentada do Instituto Biológico.

<sup>6</sup>Podem-se citar as políticas de financiamento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Governo Federal em 1995; o Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP), programa do Governo do Estado de São Paulo reorganizado em 1992; os programas e projetos específicos de assentamentos e financiamentos dos "sem terra" vêm atuando em conjunto, como por exemplo, o PRONAF-A, o Banco do Povo (do Estado de São Paulo), o Banco da Terra (do Governo Federal) e o Programa Nacional de Reforma Agrária (NOGUEIRA; MELLO, 2001).

## 2 - O PROJETO DE PESQUISA

O assentamento rural, base de referência do projeto de pesquisa, situa-se no município de Angatuba na região Sudoeste do Estado de São Paulo, tendo como atividade principal a cultura do maracujá - em áreas comum e nas individuais.

Vale lembrar que a produção de maracujá é desenvolvida, em geral, em pequenas propriedades de agricultura familiar e, salvo raras exceções, em uma área de cultivo variando de 1 a 5ha por produtor. As necessidades de tratamentos culturais fazem com que a atividade seja exigente em mão-de-obra, notadamente, nas fases de plantio, florada (polinização) e colheita. É importante ressaltar que detalhes técnicos inerentes à produção demandam treinamento para essa mão-de-obra, para atender a contento as necessidades do cultivo.

Em decorrência de graves enfermidades que afetam o cultivo do maracujazeiro, muitas vezes, a sua produção torna-se inviável sob o ponto de vista econômico, fazendo com que a mesma adquira caráter itinerante (ROSSI, 1998).

Para sanar tais problemas, pesquisadores das instituições estaduais e federais propuseram a adoção de um sistema produtivo que interferisse nas práticas e manejos do maracujazeiro, tornando-o livre dessas infestações e incorporando qualidade ao produto. A Produção Integrada de Frutas (PIF) foi o caminho apresentado<sup>7</sup>.

<sup>7</sup>A PIF é um sistema de produção que prioriza princípios baseados na sustentabilidade pela aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para substituição de insumos poluentes, utilizando instrumentos de monitoramento dos procedimentos e de rastreabilidade de todo o processo, tornando-o economicamente viável, ambientalmente, correto e socialmente justo. A PIF teve um grande impulso a partir dos anos de 1980 e de 1990 em função do movimento de consumidores que buscavam frutas saudáveis, com qualidade e sem resíduos de agroquímicos. Coordenado pelo MAPA e envolvendo cinco universidades, sete instituições estaduais de pesquisas e de assistência técnica e nove centros de pesquisas da Embrapa, a PIF abrange 15 Estados da Federação e 17 espécies frutíferas (maçã, uva, manga, mamão, citros, caju, coco, banana, melão, pêssego/nectarina, goiaba, caqui, maracujá, figo, abacaxi, mangaba e morango). Hoje 200 instituições públicas e privadas estão envolvidas com a PIF (ANDRIGUETO; KOSOSKI, 2004). O projeto PIF - Maracujá já vem sendo desenvolvido em algumas regiões do país sob coordenação do Instituto Biológico, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo com o

O projeto de pesquisa junto aos assentados de Angatuba, foi elaborado por pesquisadores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), como o apoio financeiro do CNPq e teve como objetivo orientar os produtores de maracujá, por meio da transferência de tecnologia apropriada da PIF, que resultassem em práticas de manejo mais eficazes e menos impactantes em termos de sustentabilidade agroecológica. Além da qualidade da fruta visava, também, elaborar propostas de estratégias de desenvolvimento local, de modo a promover a inclusão econômica e social do assentado.

Destaque-se que os assentamentos rurais têm sido alvo de estudos e de projetos de pesquisadores de órgãos públicos e de organizações não-governamentais sob variados enfoques, desde o nível de conscientização, enquanto produtores para o mercado, como da implantação de explorações agropecuárias pouco intensivas em capital, até da adoção de práticas de gestão, de ações e de cultivos ecologicamente corretos, por exemplo (SÁ e SÁ, 2007; COSTA e FUTEMMA, 2006; SIMON e BUENO, 2006 e JÚLIO; PEREIRA; PETTI, 2006).

A participação dos assentados como informantes e proponentes de ações e soluções, em parceria com os pesquisadores, foi imprescindível no decorrer do estudo. Para tanto, utilizou-se o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) (RIBEIRO et al., 1997; OLIVETTE; NOGUEIRA; MELLO, 2000 e NOGUEIRA, 2001) como ferramenta para a avaliação da realidade local e propostas para tomadas de ação.

Os resultados deste estudo levaram a interessantes indagações sobre as possibilidades de intervenções para alavancar o emprego e renda locais, de melhorar as condições de vida dos assentados e de oferecer novas oportunidades de mercado, ou seja, de questionar o sucesso - ou insucesso - das políticas públicas que vêm sendo direcionadas a esse segmento da população.

Para entender como os assentados se comportaram diante da implantação do projeto de pesquisa, que pretendia contribuir para a sustentabilidade do assentamento na economia de mercado, é preciso conhecer, ainda que, rapidamente, como esse foi concebido, seu estágio atual e os desafios que seus principais atores têm que enfrentar.

apoio do Ministério de Agricultura e Abastecimento e o CNPq (NOGUEIRA et al., 2004).

### 3 - ASSENTAMENTO DE ANGATUBA

#### 3.1 - Antecedentes

O projeto para assentamento foi idealizado pela Prefeitura Municipal de Angatuba em 2000, para famílias que fossem naturais do município (ou da região) e originários da zona rural (agricultores ou filhos de agricultores), trabalhadores rurais sem terras ou pessoas que, desempregadas ou tendo que exercer outras atividades não rurais, tivessem interesse em retornar com suas famílias e se readaptarem ao campo, aceitando ainda as condições de viver em uma comunidade com característica associativa e de base familiar.

Para a sua instalação, os assentados foram organizados em uma associação de agricultores familiares. Para a aquisição das terras o projeto do assentamento de Angatuba previa: solo fértil, água de boa qualidade e em grande quantidade, topografia favorável à agricultura e pecuária, além de fácil acesso, tanto para o escoamento de produtos como para locomoção de moradores. A compra do imóvel foi feita por meio da Associação dos Agricultores Familiares de Angatuba (AAFA) e Associação dos Agricultores Familiares Alto Perobal (AAFAP) e do Banco da Terra<sup>8</sup>. Além disso, a associação deveria gerenciar atividades em áreas comuns (maracujá, gado de leite, feijão, banana etc.), cujo lucro seria utilizado para auxiliar no pagamento da terra e para a aquisição de implementos e materiais para uso comunitário. O maracujá deveria ser a principal atividade a ser explorada, também, individualmente.

O projeto previa que cada assentado recebesse 1 alqueire (2,42ha) de terra, devidamente cercada e com toda a infra-estrutura necessária para que uma família pudesse viver e se estabelecer na área. Deveriam ter ao seu dispor orientação técnica da Casa da Agricultura local e financiamento para o início das atividades (PRO-NAF-A). Foram adquiridas duas fazendas vizinhas (cada uma compreendendo, cerca de 360ha), no

<sup>8</sup>Banco da Terra - programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que iniciou sua atuação no Estado de São Paulo no ano de 2000 - sendo a Força Sindical sua gestora. Como pré-requisito para a implantação do Programa, o município de Angatuba passou a fazer parte da Associação dos Municípios do Vale do Alto Paranapanema (AM-VAPA).

Bairro de Aterrado em Angatuba. Na primeira área foram assentadas 20 famílias e a segunda área deveria contar com 30 famílias. A área comum do assentamento 1 é de aproximadamente 311 hectares e do assentamento 2 é de 287 hectares.

#### 3.2 - Diagnóstico Rápido Participativo

O projeto de assentamento de Angatuba mostrou-se, na realidade, aquém daquele idealizado. Isso ficou evidenciado por ocasião das visitas locais e pelos resultados obtidos quando da aplicação do DRP junto aos produtores e técnicos da região, pois possibilitou observar que os produtores assentados enfrentam sérios problemas de infra-estrutura local.

Ao serem questionados, durante o DRP, sobre os problemas relacionados à atividade agropecuária como um todo, foi consenso dos grupos de produtores a seleção dos seguintes entraves: falta de acompanhamento técnico, falta de recursos financeiros, falta de união entre os assentados, falta de água e transporte coletivo e problemas na comercialização. Outras deficiências também foram listadas: falta de máquinas e implementos agrícolas, falta de assistência médica, presença de animais na lavoura, produção muito pequena e falta de políticas públicas.

Especificamente, em relação aos problemas elencados na produção de maracujá, foi consenso entre os produtores, a ocorrência de doenças e pragas com perdas muitas vezes elevadas na produção da fruta. Embora o pequeno produtor de maracujá não saiba reconhecer sistematicamente os sintomas causados por pragas e doenças, não discernindo sobre a diferença entre os insetos-pragas e seus inimigos naturais, ele pode perceber esses danos na convivência diária com a lavoura. Outros fatores negativos apontados foram: a falta de recursos para a produção (mais terra para o plantio, material de trabalho em geral, palanques etc.); falta de acompanhamento técnico; diversos entraves na comercialização da fruta; pequena produção e baixa qualidade da fruta produzida; inexistência de grade de agroquímicos própria ao maracujá e falta de mão-de-obra.

Os resultados do projeto de pesquisa confirmaram as falhas na implantação do projeto de assentamento de Angatuba, de infra-estrutura

física e assistencial e também na condução da atividade e sua comercialização.

Como soluções àquelas deficiências, os assentados priorizaram consensualmente: a necessidade de financiamento da produção; maior união entre eles; orientação no processo de comercialização; ampliação das áreas para a lavoura do maracujá; água tratada e maior disponibilidade de mão-de-obra. Ficou claro que os pequenos produtores têm uma leitura adequada dos principais gargalos que enfrentam como assentados e têm consciência da importância de sua organização e de suas reivindicações por melhorias imediatas.

A partir desse diagnóstico participativo, os pesquisadores puderam depurar as principais demandas dos assentados e, então, algumas das metas do projeto de pesquisa foram melhor adequadas para serem postas em prática. Dentre elas, a capacitação dos fruticultores por meio de palestras e aulas ministradas por especialistas em diversas áreas temáticas, desde o manejo do cultivo, reconhecimento e controle de pragas e doenças, das práticas agrônômicas recomendadas pela PIF, a gestão da propriedade até a pós-colheita e comercialização. Nesse processo pôde-se contar com a parceria de técnicos da Prefeitura de Angatuba e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (SEBRAE) de Itapetininga.

Durante a execução do projeto, nos levantamentos de dados e nas visitas, foram sendo adequadas as instruções técnicas para os problemas de sanidade detectados no pomar. A partir de então, ofereceu-se material de suporte, como cartilhas ilustradas sobre pragas e doenças e caderno de campo resumido para acompanhamento da atividade e futura estimativa de custos da produção de maracujá, elaborados pela equipe do projeto.

Fez-se também um acompanhamento sistemático dos plantios comunitários de maracujá, para registro e monitoramento da ocorrência das pragas e doenças, observando-se ainda as ações diárias que eram ali realizadas.

#### **4 - RESULTADOS DAS INTERVENÇÕES E AÇÕES PÚBLICAS**

Partindo de uma avaliação específica do projeto de pesquisa da PIF - Maracujá, sem

entrar no mérito do projeto de assentamento rural de Angatuba, uma análise dos resultados para os assentados deve desencadear ações públicas de melhorias sócio-econômicas e ambientais e permitir elencar seus principais pontos positivos e críticos.

A equipe de pesquisadores da SAA conseguiu sensibilizar agentes público e privado para a relevância do estudo, o que possibilitou estabelecer parcerias importantes para o seu desenvolvimento. Também pôde reunir, inicialmente, grande parte dos assentados para que participassem do processo de implantação de um novo sistema de cultivo, como protagonistas.

O processo participativo permitiu retratar fielmente a situação por que vêm passando os assentados e observar seus anseios imediatos e futuros em relação à adaptação dessa produção familiar às novas exigências de mercado.

A equipe de pesquisadores realizou também o levantamento fitossanitário dos plantios comunitários de maracujá do assentamento e a avaliação dos sistemas produtivos convencionais adotados, que geraram importante banco de dados levando às ações mais direcionadas de orientação técnica e capacitação dos produtores.

Essas ações serviram de ferramenta inicial para a gestão mais apropriada de suas áreas e para a organização do grupo. O objetivo da transferência de conhecimentos técnicos era, ainda, introduzir as normas técnicas específicas da PIF - Maracujá e monitorar sua adoção, visando a adequação às condições regionais. O ponto positivo nesse processo foi ter lançado o embrião de conscientização dos assentados da importância de obter renda, agregando valor ao seu produto pela diferenciação de qualidade.

Os passos dados no desenvolvimento do projeto deveriam desencadear mudanças no comportamento dos pequenos produtores e dos agentes públicos locais em prol do fortalecimento do assentamento.

Entretanto, outra série de fatores interferiu negativamente no sucesso do projeto. A começar pela própria implantação do assentamento rural que deveria, como concepção, viabilizar o modelo associativo que o criou. Essa organização da base produtora ocorreu apenas no início, com o financiamento que permitiu a aquisição da terra e dos equipamentos de uso comum e com as primeiras orientações no processo produtivo. Pode-se inferir que, aliado aos

fatores culturais dos próprios assentados, isso impossibilitou o compromisso e a confiança necessários entre eles, num líder do grupo e também em relação aos agentes públicos que deveriam monitorar as ações e prestar assistência técnica.

Portanto, não poderia ser diferente com a equipe de pesquisadores que pretendia, por um período tempo, interferir nas atividades produtivas do grupo com a adoção de um novo sistema de cultivo para o maracujá. Atitudes semelhantes já haviam sido detectadas entre os assentados rurais de outros estudos regionais, que visavam intervenção local.

De fato, durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa foi possível constatar: que nenhuma das técnicas recomendadas e ações propostas foi incorporada às práticas diárias, realizadas pelos fruticultores familiares; a falta de interesse da maioria dos assentados em aprender novas tecnologias; a falta de entrosamento entre os assentados das duas fazendas; a falta de confiança entre os próprios assentados, em diversos níveis; a quase inexistente organização dos produtores e a falta de interesse e de orientação daqueles que deveriam ser os multiplicadores (agrônomos e técnicos agrícolas municipais) das práticas da PIF, cuja colaboração estava programada e era considerada imprescindível para o desenvolvimento de etapas previstas do projeto.

Uma das falhas mais sérias detectadas foi a descontinuidade de ações públicas: os assentados contavam com um engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura municipalizada que tinha um envolvimento muito grande com o projeto de assentamento, desde o início da aquisição das terras e com o qual eles desenvolveram um profundo vínculo de confiança, com a nova gestão municipal, esse foi substituído por outro, menos participativo e com pouca empatia com o grupo. O próprio projeto de pesquisa cujo orçamento inicial, financiado pelo CNPq/MAPA, possibilitaria cumprir a contento todas as metas e objetivos previstos, teve que ser revisto já que foi aprovado apenas 30% do seu orçamento inicial. Além disso, o Projeto PIF nacional, especificamente o PIF - Maracujá, encontra-se com suas atividades paralisadas por falta de financiamento pelo MAPA, o que desestimulou não só os assentados como também cerceou, de certa forma, os trabalhos da própria equipe deste estudo.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais incentivos para o sucesso das experiências com agricultores familiares, dentre eles os assentados, observados em diversos estudos sobre desenvolvimento rural - melhorias na qualidade de vida, geração de emprego e renda, inclusão social e participação efetiva nos mercados - tem sido a presença de agentes externos. Isso pode se dar por intervenções locais públicas ou privadas, pelas esferas governamentais e até através de cooperação internacional, para atuarem como lideranças técnicas no fornecimento de habilidades, conhecimentos, modelos organizacionais, de comercialização e *marketing*; investidores iniciais a fundo perdido ou com créditos em condições preferenciais. Esses agentes externos podem ser, ainda, os responsáveis por sistemas de informações que permitam aos pequenos produtores conhecerem seus custos, exigências de fatores de produção e ganhos reais em alternativas distintas, inclusive com projetos experimentais, além de formuladores de políticas públicas tributárias, jurídicas, trabalhistas e creditícias, adequadas à esse tipo de produção (MELLO e NOGUEIRA, 2001).

A falta de experiência de participação e de discussão sobre políticas de âmbito local ainda é um dos grandes limites à adoção de um processo realmente participativo de construção do desenvolvimento. É preciso que a população, no caso os assentados, acredite que pode ajudar a construir políticas públicas a partir das instituições e organizações sociais fortalecidas, com atuação qualificada no poder legislativo via projetos de lei, emendas populares etc., com participação nos conselhos municipais e com avaliação periódica das ações planejadas (DESER, 2000a e 2000b).

Os resultados obtidos do projeto de pesquisa sobre o assentamento de Angatuba evidenciaram, também, que além da participação dos agentes envolvidos é necessário um acompanhamento sistemático, ininterrupto de todo o processo de implantação do assentamento rural, que deveria começar na escolha do local em que as famílias são assentadas e monitorado até que se consiga a sustentabilidade da atividade proposta, de modo que seja efetivada a reforma agrária no seu sentido mais amplo, em que a decisão de assentar famílias é somente o seu início.

**LITERATURA CITADA**

ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. **Desenvolvimento e conquistas da produção integrada de frutas no Brasil - até 2004**. Brasília: SECEX, 2004. Acesso em: 9 ago. 2005.

COSTA, R. C. da.; FUTEMMA, C. R. T. Racionalidade com compromisso: os assentados do Ribeirão Bonito (Teodoro Sampaio-SP) e o projeto de conservação ambiental. **Ambiente e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 128-148, jan./jun. 2006.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS - DESER. **Agricultura familiar e o desenvolvimento local: municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**. Paraná, 2000a. Disponível em: <www.deser.org.br/publicacoes.htm>.

\_\_\_\_\_. **Plano municipal de governo para a agricultura familiar**. Paraná, 2000b. Disponível em: <www.deser.org.br/publicacoes.htm>.

JÚLIO, J. E.; PEREIRA, L. B.; PETTI, R. (Coord.). **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. São Paulo: Incra, 2006.

MELLO, N. T. C. de.; NOGUEIRA, E. A. e. **Produtores agrícolas pobres conquistam mercado: experiências latino-americanas**. Disponível em: <www.iea.gov.br>. Acesso em: 26 jun. 2001.

NOGUEIRA, E. A. e. **O fortalecimento do processo participativo para o desenvolvimento local**. Disponível em: <www.iea.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2001.

\_\_\_\_\_; MELLO, N. T. C. de. Um caso bem sucedido: o agronegócio familiar do gengibre em Tapiraí, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 10, p. 53-59, out. 2001.

\_\_\_\_\_. et al. Segurança alimentar e produção integrada: a exploração do maracujá como alternativa para o estado de São Paulo. \_\_\_\_\_, v. 34, n. 1, p. 79-82, jan. 2004.

OLIVETTE, M. P. de A.; NOGUEIRA, E. A. e; MELLO, N. T. C. de. Emprego e renda: o processo participativo como instrumento para o desenvolvimento regional. \_\_\_\_\_, v. 30, n. 10, p. 25-31, out. 2000.

RIBEIRO, M. de F. et al. Métodos e técnicas de diagnóstico de sistema de produção. In: ENFOQUE Sistêmico em P&D: A experiência metodológica do IAPAR. Londrina: IAPAR, 1997. cap. 4, p. 53-79.

ROSSI, A. D. Comercialização do maracujá. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DO MARACUJAZEIRO, 5., 1998, Jaboticabal. **Anais...** Jaboticabal: Ed. Afiliada, 1998. p. 279-287.

SÁ, C. O. de; SÁ, J. L. de. **Produção agroecológica no semi-árido**. AGRIFAR-Agricultura Familiar em Rede. Disponível em: <www.agrifar.org/agrifar/textos/prod\_agro\_semi.htm>. Acesso em: 26 mar. 2007.

SIMON, E. J.; BUENO, O. de C. (Coord.). **Viabilidade da implantação de biodigestores como fonte alternativa de energia e de produção de compostos orgânicos em áreas de assentamentos rurais no estado de São Paulo**. São Paulo: CNPq/UNESP-FCA, 2006.

VALENTINI, D. **Fraternidade e assentados**. Disponível em: <www.adital.com.br/site/noticia>. Acesso em: 26 mar. 2007.

**O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O (IN) SUCESSO DOS  
ASSENTAMENTOS RURAIS:  
o caso de Angatuba, Estado de São Paulo**

**RESUMO:** Este artigo é resultado do projeto de pesquisa em assentamento rural paulista, cujos agricultores produzem maracujá em base familiar. O objetivo foi orientar os assentados para a Produ-

*ção Integrada de Frutas (PIF) - com práticas de manejo mais eficazes e sustentáveis - visando sua inclusão econômica e social. Com a utilização de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), os produtores chegaram a proponentes de ações do projeto, no que diz respeito à capacitação organizada através de cartilhas, caderno de campo e palestras de diversos especialistas. Foram realizados levantamentos fitossanitários e também relativos às tarefas diárias conduzidas nos pomares comunitários, para propostas de ação. A pesquisa obteve resultados positivos, mas colocou em evidência pontos críticos na adoção de políticas públicas para os assentamentos de maracujá, os quais foram aqui apontados e que poderão orientar iniciativas conjuntas, públicas e privadas, para que se possa alcançar maior impacto em propostas de pesquisas como a realizada, além do êxito do próprio projeto de assentamento.*

**Palavras-chave:** *assentamento, Produção Integrada de Frutas (PIF), maracujá, desenvolvimento local, agricultura familiar.*

**THE ROLE OF THE PUBLIC POLICIES IN (UN) SUCCESSFUL RURAL SETTLEMENTS:  
the case of angatuba, state of São Paulo**

**ABSTRACT:** *This paper results from a rural settlement research project for the region of Angatuba, state of Sao Paulo, in which family farmers produce passion fruit. The objective was to guide the settled families on the Integrated Fruit Production (IPF) - providing them with more efficient and sustainable management practices - while promoting their economic and social inclusion. Through the use of the Rapid Participatory Diagnosis methodology, producers reached the position of proponents of the project's actions in terms of capacity built, through primers, field notes and lectures from several specialists. Surveys have been conducted on plant diseases and pests, as well as on daily tasks in the community orchards, aimed at action proposals. Though the research indicated positive results, it also evidenced critical points in adopting public policies for passion fruit settlements, which should support joint public and private sector initiatives so as to give them a higher impact upon research proposals with similar needs, beyond the success of the settlement project itself.*

**Key-words:** *settlement, Integrated Fruit Production, passion fruit, local development, family agriculture.*

---

Recebido em 11/06/2007. Liberado para publicação em 23/07/2007.